

ANÁLISE DE INVESTIMENTO №. 061/2015

Cuiabá - MT, 09 de Julho de 2015

CENÁRIO MACROECONÔMICO 2º SEMESTRE/2015

Prezados senhores diretores e conselheiros;

No mês de Junho, os fundos atrelados ao subíndice IMA – B apresentaram rentabilidade negativa, devido o índice ter fechado o mês em -0,27%.

Nos últimos meses, estamos recomendando, através dos pareceres de investimento, que os nossos RPPS – Clientes apliquem recursos em fundos atrelados ao **IMA** – **B** e **IMA** – **B** 5.

Alguns clientes passaram a questionar se as nossas recomendações estão coerentes, devido o índice ter fechando negativo em Junho (principalmente após ter rentabilizado +2,44% em Abril e +2,57% em Maio) e fecha o mês negativo e já abre Julho com perspectiva de nova baixa.

1



Nossa recomendação continua sendo para os senhores aplicarem em fundos atrelados ao subíndice **IMA – B e IMA – B 5,** respeitando os limites recomendados para cada um e respeitando os limites mínimos e máximos de benchmark, que consta na Política de Investimentos/2015, que é atualizado mensalmente na página 3 do parecer mensal de investimentos.

Mas, devido à turbulência (que está por vir) no cenário macroeconômico interno e externo, achamos que essa recomendação, merecia um parecer a parte, para explicarmos nossa fundamentação.

ÍNDICE

1.	COMPRAR NA BAIXA E VENDER NA ALTA	. 3
2.	MOVIMENTO DOS SUBÍNDICES IMA – B, IMA – B 5, IMA – B 5+	. 4
3.	TAXA SELIC	7
	3.1. <u>NÍVEL DESEMPREGO</u>	8
	3.2. CONTROLE DA INFLAÇÃO EM 2016	. 10
	3.3. HIATO DO PRODUTO	. 12
4.	CENÁRIO POLÍTICO E MACROECONÔMICO	. 12
	4.1. ECONOMIA DA CHINA	. 13
	4.2. GRÉCIA E ZONA DO EURO	. 15
	4.2.1. <u>INÍCIO DO PROBLEMA</u>	. 17
	4.3. CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO	. 19



1 - COMPRAR NA BAIXA E VENDER NA ALTA

Um dos grandes erros dos investidores em bolsa de valores é seguir o "**Efeito manada**". Após uma ação valorizar de forma extraordinária, resolve investir na ação, aproveitando que "o vizinho" está ganhando com essa ação. Grande erro, pois o vizinho está ganhando, porque ele investiu nessa ação, quando ela estava no ponto ZERO. Vamos pegar de exemplo, as ações da Petrobrás.

No mês de Abril, as ações da Petrobrás rentabilizaram em torno de **+48%.**Temos alguns clientes que possuem ações da Petrobrás e verificaram isso no seu parecer.

Alguns, após lerem a notícia, se animaram de investir nesse papel, após o ganho fabuloso.

No mês seguinte, em Maio, a ação da Petrobrás fechou o mês em **-7,11%**. Agora sim, recomendaríamos a aplicação.

Mas a questão psicológica de ver o papel dar negativo gera pânico ao investir e ele resolve recuar. No mês seguinte, já em **Junho**, as ações da Petrolífera fecharam em +10,42%. E aí ele anima novamente em aplicar.

Aquele que investiu desde Abril, está com um ganho acumulado de **+51,86**%. Aquele que viu o ganho fabuloso e entrou em Maio, está com um ganho acumulado de **+2,57**%.



2 – MOVIMENTO DOS SUBÍNDICES IMA – B, IMA – B 5, IMA – B 5+

Desde o 2º semestre/2014, estamos explicando através de gráficos, o comportamento de oscilação dos subíndices IMA - B, IMA - B 5 e IMA - B 5+. Para resumir, todos os índices compram Títulos Públicos NTN – B, a diferença é que o IMA – B 5 comprar Títulos com vencimento de no máximo 5 anos, o IMA - B 5+, com data de vencimento acima de 5 anos e o IMA – B comprar qualquer NTN – B, não se preocupando com o prazo de vencimento. Pode ser uma NTN – B para vencer em 2016, como pode vencer em 2045. (ASSUNTO DE CPA - 10 e CPA- 20. Quanto maior o prazo do papel, maior suas oscilação no mercado. Quanto maior o prazo do papel, maior a expectativa de retorno).

Entre os três índices, o IMA – B 5 é o mais moderado. Como ele tem esse limite de comprar papéis com vencimento no máximo em 5 anos, ele coloca uma "trava" até onde poder oscilar. Já o IMA - B 5+, que compra papéis acima de 5 anos, a sua oscilação é bastante alta. O céu é o limite (ou o inferno, caso de rentabilize negativo).

Por conta dessa moderação, os índices IMA - B e IMA - B 5+, possuem comportamento que oscilam ao redor do IMA – B 5. O IMA – B 5 acaba funcionando como um parâmetro de comportamento para os dois. Em certos períodos, o IMA – B e o IMA – B 5+, rentabilizam mais ou menos que o IMA - B 5. Ou, como costumamos dizer, um índice sempre corre mais do que o outro. Mas o que corre mais, também cansa mais cedo,

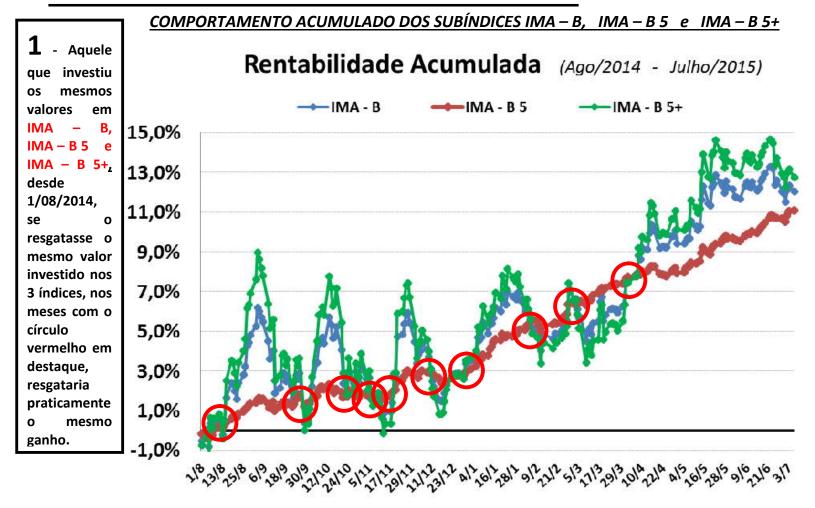


diminuindo o ritmo e dando tempo para os mais devagar chegarem. No fim das contas, todos chegam no mesmo lugar.

Se observarmos o gráfico abaixo, desde Agosto de 2014, os índices oscilam entre si, mas em determinados períodos, todos chegam no mesmo lugar.



www.atuarialconsultoria.com.br



Nesse caso, resgatando exatamente nos períodos destacados com o círculo vermelho, de nada adiantaria investir em IMA - B 5+,sendo que o ganho com o IMA - B 5 foi o mesmo. A diferença é aue o IMA rentabiliza sem causar dor.

Se observarmos o gráfico acima, podemos perceber que a distância entre os círculos passou a ficar maior. E a boa notícia. O IMA – B e o IMA – B 5+, permaneceu por mais tempo acima do IMA – B 5. É sinal de coisa boa para os próximos meses. Ou como se costuma dizer no meio do mercado financeiro é a hora de estar do lado certo da volatilidade (oscilação).

A tendência é que tenhamos uma pequena devolução dos ganhos com o IMA

– B e IMA – B 5+ nos próximos meses, mas retornando o comportamento na casa de +2,00%

ao mês em pouco tempo.

O grande problema de aplicar em subíndice IMA é a questão da taxa Selic.

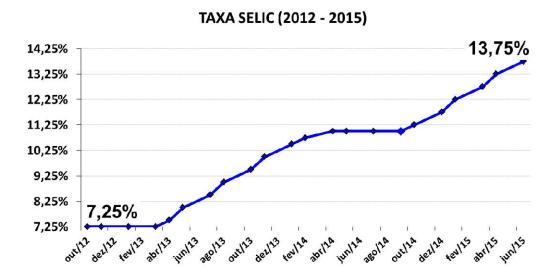
Como muitos aprenderam em 2013, elevações da Selic, provocam desvalorização dos IMAs, principalmente IMA – B.

3 - TAXA SELIC

A taxa Selic está vem de um ciclo de alta, desde Abril de 2013, sendo interrompido seu aumento entre Junho e Outubro de 2014 (por motivos óbvios) e retornando seu aumento a partir disso.



Como a inflação começou a perder o controle no final de 2012, o Banco Central se viu obrigado a elevar a Taxa Selic, para frear o consumo e segurar o surto inflacionário. (ASSUNTO DE CPA – 10 e CPA - 20).



3 – TAXA SELIC

3.1 - NÍVEL DE DESEMPREGO

A elevação da inflação gera outro impacto, que é o **aumento de desemprego**.

Como a ideia é reduzir o consumo, o comércio observa um giro menor de seu estoque, redução de lucro e passar a reduzir a produção para conter os prejuízos. Este efeito "colateral" da Taxa Selic, começou a aparecer nos últimos meses, com as grandes montadoras elaborando planos de férias coletivas em massa e aderindo ao programa de Lay – Off.





O sistema de Lay-Off, consiste em suspender o contrato do funcionário por até 6 meses. É como se ele fosse demitido "temporariamente", recebendo salário-desemprego até completar 6 meses. Após esse prazo, a empresa decide se demite o funcionário de vez ou não.





Eu não sou favorável a esse sistema, porque a empresa resolve o problema financeiro dela, transferindo para o governo pagar. E quem banca o governo somos nós. Para não afetar seu lucro, as montadoras colocam uma grande quantidade de funcionários recebendo seguro-desemprego, aliviando seu caixa por 6 meses e ainda podendo demiti-lo de vez, que é o que ocorre na maioria dos casos. Para o trabalhador que fica no sistema de Lay-Off, deve ficar a incerteza de saber se está desempregado ou não ou apenas dando "um tempo em casa", à custa do governo. Esse efeito colateral é um dos motivos para decretar o fim do aperto monetário. A um consenso entre os integrantes do COPOM, de que, na próxima reunião (28 e 29/07), novos indicadores mostrarão a debilidade da atividade econômica do país, favorecendo o fim do ciclo de aumento.

3 – TAXA SELIC

3.2 - CONTROLE DA INFLAÇÃO..... EM 2016

O outro motivo e o principal deles é quanto ao controle da inflação. As últimas Atas do COPOM deixa claro que a elevação da Selic é para conter a inflação em 2016 e não em 2015. Segundo os Relatórios de Inflação — RI, elaborados pelo Banco Central, o Bacen foca que em 2016, a expectativa de inflação deva ficar em 4,6% ou 4,7%, próximo do centro da meta que é de 4,5%.

As Atas deixam claras, que o compromisso do COPOM é deixar o IPCA dentro da meta (ou próximo disso), em 2016. Pelo visto, 2015 é considerado um ano perdido. Mas ainda á um consenso, que a Selic possa chegar em 14,25% na próxima reunião.

O RI de junho, elaborado pelo diretor de política econômica do COPOM, finaliza informando ao mercado que, "como a economia ainda prevalece com a alta de preços, reitera-se a necessidade da determinação e perseverança no âmbito da política monetária (aumento dos juros), com propósito de circunscrever 2015, os efeitos de ajustes de preços relativos, continuar o processo de ancoragem de expectativas que já mostra resultados positivos nos prazos médios e colocar a inflação na meta em Dezembro de 2016".

Dependendo dos acontecimentos nas próximas 3 semanas que antecedem a reunião do COPOM, a um consenso no mercado que essa elevação possa ser menor, elevando a Selic para 14,00% e não 14,25%. Desde Outubro de 2014, as últimas 5 reuniões vêm elevando a Selic em 0,50%. A um consenso no mercado, que essa elevação possa ser de 0,25% e quem sabe até a última.

Igor França Garcia | Atuário MIBA/RJ 1.659 | Certificação Profissional ANBIMA CPA – 20

Consultor de Investimentos Credenciado pela CVM | (65) 9242.8876

igor.garcia@atuarialconsultoria.com.br | igor_atuario@hotmail.com (MSN) | (65) 3621.8267

Rua Monsenhor Trebaure, nº 210, Centro Norte - Cuiabá – MT CEP: 78.005-380

3 – TAXA SELIC

3.3 – HIATO DO PRODUTO

Outro índice bastante discutido nos documentos do Banco Central e que corroboram para que o fim do aperto monetário esteja próximo é o Hiato do Produto. O Hiato do Produto é um índice calculado sobre o PIB — Produto Interno Bruto, criado pelo Assessor econômico do Presidente dos Estados Unidos, John Kenedy, nos anos 60. O Hiato do produto é diferença entre o PIB Efetivo e o PIB Potencial de um país. O Efetivo é o crescimento que estamos vendo e o Potencial é o crescimento que temos condições de ter, tendo em vista a nossa capacidade de produção (as empresas apenas reduziram e não perderam mercado), de capital e de trabalho, caso a economia permanecesse aquecida. Como a diferença entre o que está crescendo (efetivo) e o potencial está aumentando, isso gera desemprego e não há necessidade de aperto monetário (subir juros), para segurar a demanda.

4 – CENÁRIO POLÍTICO E MACROECONÔMICO

Infelizmente, algumas notícias pessimistas no mês de Julho, podem atrasar um pouco mais esse ciclo de aumento dos juros, como forma de prevenção.



O subíndice **IMA** – **B** pode sofrer oscilação nos próximos meses, devido os acontecimentos no mercado econômico, tanto nacional, quanto internacional e principalmente por conta do cenário político brasileiro. Mas nada que deva afugentar o investidor. Devemos ter uma turbulência no **IMA** – **B** em um ou dois meses ou nem isso. Pode ser que essa oscilação fique no campo das especulações.

O Cenário macroeconômico internacional poderá gerar impacto sobre o Dólar, o que afeta sensivelmente a inflação no Brasil. Com a alta do Dólar, passamos a consumir mais internamente, diminuindo as importações (nossos clientes do Mato Grosso do Sul sabem muito bem o que estamos falando). E tudo o que não precisamos agora é elevar o consumo de forma abrupta, gerando pressão sobre inflação. Nesse caso, seria prudente adiar um pouco mais o encerramento do aumento dos juros. E os motivos que deverão elevar o Dólar nos próximos meses vem da economia chinesa, da Zona do Euro e remotamente (muito remotamente) os Estados Unidos, com a decisão de elevar a Taxa de Juros, que se estende no mesmo patamar desde 2008.

4 – CENÁRIO POLÍTICO E MACROECONÔMICO

4.1 – ECONOMIA DA CHINA

Nos últimos anos, a economia chinesa vem mostrando retração da atividade econômica, registrando PIBs cada vez menores.

O PIB divulgado para o 1º Trimestre/2015 foi de 7,00%, sendo o menor nos últimos 6 anos, colocando em xeque a recuperação de sua economia. Comparando ao PIB Brasileiro, que foi de -0,2% no mesmo período, aparentemente é um PIB extraordinário. Mas, se levarmos em consideração que 30% da população mundial é chinesa, a necessidade de produção da China é altíssima. Um crescimento de 7,00% é algo relativamente modesto.

Para termos uma ideia, o crescimento de 7,00% é proporcionalmente baixo em relação ao -0,2% do Brasil. O PIB per capta brasileiro em 2013 era de **R\$ 35.865,86**. Já o Chinês, no mesmo período era de **R\$ 21.783,78** (já convertido em real).

Como a China é o nosso segundo (quase primeiro) maior importador, principalmente de Petróleo e Minério, um empobrecimento chinês resume em uma redução das nossas exportações. A China inclusive é o maior importador de Petróleo do mundo e essa é a principal causa para a derrubada do preço do Barril de petróleo no mercado internacional. Como a China é o 2º maior importador do mundo (ficando atrás dos EUA) a China consumindo menos, o mundo vende menos. E ainda há certo ceticismo no mercado, sobre a confiabilidade das informações oficiais pelo Governo Chinês.

Resumindo para o Brasil......Exportando menos para o nosso principal freguês, temos pressão sobre emprego e a redução da entrada de Dólares, o que pressiona para uma alta da moeda americana. Lembrando..., Dólar em alta, pressão na inflação.

14

<u>4 – CENÁRIO POLÍTICO E MACROECONÔMICO</u>

4.2 – GRÉCIA E ZONA DO EURO

O principal fato que irá tomar as manchetes na economia internacional será a possibilidade da saída da Grécia na Zona do Euro.

No dia 1º de Julho, o governo grego deu um calote no Fundo Monetário Internacional – FMI, não quitando uma parcela de no valor de € 1,6 Bilhões de Euros (ou R\$ 5,6 Bilhões), referente a um empréstimo de € 21,4 Bilhões (ou R\$ 74,9 Bilhões).

Apesar do calote dado pelo governo grego, o maior problema da República Helênica não é sua dívida com o FMI e sim, com o Banco Central Europeu − BCE, no valor de € 18,1 Bilhões (ou R\$ 63,4 Bilhões).

Dia **20 de julho** é a data final para que o governo grego quite seus empréstimos junto ao BCE, que já cortou desde o dia 1º de Julho, o envio de recursos para os bancos gregos, já prevendo o risco de calote. Por conta disso, para (tentar) amenizar o risco de liquidez, o governo grego decretou feriado bancário de uma semana. Sem abastecer o caixa eletrônico de Euros, fatalmente em dias, haveria uma corrida em massa para saques e não existiria mais dinheiro físico nos bancos da Grécia.



Dando calote também ao BCE, no dia 20 de Julho, praticamente sentenciará a saída da Grécia da Zona do Euro. Se isso acontecer, o impacto sobre o mercado será enorme. Não por conta da Grécia, cuja economia não representa mais do que 2% do PIB da Zona do Euro, mas porque irá afetar potencias que emprestaram recursos para a Grécia, como a Alemanha (€ 68,2 Bilhões), França (€ 43,8 Bilhões) e países que estão em recuperação econômica como Itália (€ 38,4 Bilhões) e Espanha (€ 25 Bilhões). O pavor de uma desestabilização na Zona do Euro deverá gerar uma corrida atrás de Dólar, causando surto no preço do Dólar no mercado internacional.





FONTE: BBC Brasil

4 - CENÁRIO POLÍTICO E MACROECONÔMICO

4.2 – GRÉCIA E ZONA DO EURO

4.2.1 - INÍCIO DO PROBLEMA

A Grécia sempre foi apontada pelos países da Europa, como um país que gasta mais do que arrecada. Os motivos são diversos, sendo o principal as contas públicas. A Grécia possui muitos aposentados, o que aumenta significativamente os gastos com previdência. Além disso, os gregos são conhecidos por pagar pouco imposto. Em 2012, a diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, criticou a política fiscal da Grécia, dizendo que "os gregos deveriam pagar mais impostos se querem que suas crianças tenham acesso a uma boa saúde e educação."

Para conseguir fazer parte do Bloco econômico (Zona do Euro) em 2001, a Grécia chegou a maquiar as contas públicas e o valor real de sua dívida. Com a entrada do País na Zona do Euro, os riscos dos títulos gregos diminuíram, fazendo com que o país vendesse diversos Títulos no mercado e aumentasse ainda mais a sua dívida. O governo gastou mais nos primeiros anos na zona do euro e, ao mesmo tempo, não fez ajustes necessários.

A crise internacional de 2008 foi o "tendão de Aquiles" para a Grécia.

Diminuíram a liquidez dos Títulos gregos e os investidores estrangeiros tornaram-se mais



seletivos a quem iam emprestar dinheiro. Além disso, a crise fez a Grécia aumentar os gastos sociais, devido o aumento do desemprego.

A turbulência financeira abriu os olhos da Europa para o problema de caixa da Grécia. A dívida grega, que já vinha de um histórico alto (e que tinha sido maquiada), caminhava para se tornar impagável. Se o Brasil possui uma dívida pública na casa de 40% sobre o seu PIB, a Grécia possui uma dívida pública na casa de 175% sobre o seu PIB. Desde então, os gregos passaram a recorrer a empréstimos junto ao BCE, União Europeia e FMI, para quitar a folha do funcionalismo público e as aposentadorias.

A Grécia vive um grande dilema, sobre sua participação na Zona do Euro. Observando os empréstimos realizados pelo governo, não existe outra saída, se não, decretar moratória de suas dívidas, em defesa do povo grego. Desde que concedeu os empréstimos, os Países europeus exigiram que fosse seguido um programa de austeridade, onde os gregos privatizassem boa parte de suas estatais (para fazer caixa), diminuíssem o valor das remunerações dos Servidores Públicos, reduzissem o valor das aposentadorias e pensões e elevassem os impostos. Isso gerou mais desemprego e hoje, 60% da população economicamente ativa e jovem, está desempregada. Adotando mais ajustes de austeridades, praticamente exige que a população grega trabalhe para quitar a dívida do governo. Baseado nisso, não há outra saída, do que dar o calote em todo mundo. Em contrapartida, saindo do bloco do Euro, isso afetará sensivelmente o Turismo no país, já que a mais 14 anos, não se tem o problema da conversão de moeda, algo que atrapalha e muito

Importações e Turismo, principalmente que o Turismo é a principal atividade econômica do País. Atualmente, 5 países Europeus não fazem parte do Bloco Econômico que contam com 27 países (Croácia, Islândia, Macedônia, Noruega e Turquia).

4 - CENÁRIO POLÍTICO E MACROECONÔMICO

4.3 - CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO

Outro fato que chamamos a atenção para a paciência (momentânea) com o subíndice IMA - B é a aprovação das contas do governo pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

A mídia constantemente menciona as "pedaladas fiscais", evidenciando que o governo interferiu no próprio balanço, para aparentar estar cumprindo as metas fiscais em 2014. A principal interferência já apontada pelo TCU foi o atraso (de forma proposital), do repasse de dinheiro do Tesouro Nacional para as Instituições Financeiras (bancos emprestam para bancos e governos também emprestam para bancos e vice-versa).

A prática seria o Governo deixar dinheiro em caixa ao final de cada mês, para evidenciar que as metas fiscais estariam sendo cumpridas e gerando superávit primário. Na prática, para fechar as contas no AZUL, o governo atrasava o repasse de dinheiro no fim do mês aos bancos, realizando o repasse no início do mês seguinte. Para tornar didático, se

você ganha R\$ 1.000,00 de salário e tem uma dívida de R\$ 1.200,00 todo fim de mês, você tem um Déficit, pois ainda ficará devendo R\$ 200,00. Para aparentar que você possui dinheiro em caixa, propositalmente você quita a dívida no mês seguinte, para aparecer no extrato do final de mês de sua conta corrente, um saldo (superávit) de R\$ 1.000,00.

No dia **21 de Julho**, o TCU irá apresentar um relatório técnico, sobre as contas do governo, evidenciando qualquer prática que fere as metas fiscais. O TCU não tem poder de julgar ou sentenciar o governo, apenas, de reproduzir um Relatório técnico Contábil e entregá-lo ao Congresso Nacional, que irá analisar seu conteúdo e decidir se aprova ou não o relatório técnico. Não aprovando, abre-se de forma legal, a possibilidade de pedido de processo de impeachment do presidente da República, alegando Improbidade Administrativa. Por conta disso, o Governo já mobiliza sua base aliada, para aprovar o Relatório do TCU.

Se isso ocorrer, no dia **21 de julho**, teremos uma mudança no comportamento dos Títulos Públicos (e automaticamente no IMA – B). O mercado poderá reagir com pessimismo, derrubando o preço dos Títulos Públicos, por receio do risco sistêmico. Ou poderá reagir com entusiasmo, valorizando os Títulos Públicos do Governo, com a possibilidade da saída da atual administração, acreditando que "agora vai". O certo é que os **índices IMA** terão outro comportamento, a partir de 21 de Julho.

20



www.atuarialconsultoria.com.br

Para essa informação não aparentar falta de imparcialidade, informamos que o governo federal irá se defender, dizendo que essa prática (pedalada fiscal) foi utilizada em anos anteriores, sendo aprovado como regular pelo TCU, nos anos de 2000, 2001 e 2002. Essa prática realmente existiu, foi tratada como regular pelo TCU e as regras para cumprimento de metas fiscais e orçamentárias eram as mesmas de hoje.

Este parecer nasceu de conversas informais com vários Diretores de RPPS e Clientes. As perguntas, dúvidas e conversas informais de cada um, foram compiladas tudo neste parecer. Continuem troca ideias conosco, que, de conversar informais, saem bons estudos.

No dia 6 de Julho, o MPS publicou a Portaria MPS 300, alterando alguma regras sobre a classificação dos RPPS como investidores (Qualificado ou Profissional) e incluiu mais algumas regras sobre o Credenciamento das Instituições Financeiras e seus Fundos de Investimento. Posteriormente, estaremos dissertando melhor as mudanças.

No mais, agradeçamos a confiança depositada em nossa assessoria e estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

Igor França Garcia

Atuário MIBA/RJ - 1.659

Certificação Profissional ANBID CPA 10 e CPA - 20

Consultor de Valores Mobiliários credenciado pela CVM